



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Goiás, Nº 253 - Bairro Centro - CEP 30190-030 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br

ATA DE REUNIÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Gabinete do Secretário

Colegiado do Comitê de Políticas Públicas Penais de Minas Gerais

1ª Reunião Extraordinária

LOCAL:	Em formato virtual
DATA/HORÁRIO:	17/07/2025 às 10:30h.
OBJETIVO:	Primeira reunião Extraordinária do Colegiado do Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais teve como Pauta: 1) Linha do tempo da implantação estadual; 2) Contextualização sobre as Câmaras Temáticas; 3) Votação - Contribuições das Câmaras Temáticas; 4) Contextualização sobre a Matriz Estadual e 5) Próximas Ações.

PARTICIPANTES:

Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Superintendente do GMF/TJMG; Rogério Greco, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP; Solange de Borba Reimberg, Juíza Coordenadora do GMF/TJMG; Ana Luísa Silva Falcão, Chefe de Gabinete da SEJUSP; Laércio de Souza Rocha, Assessor-Chefe de Gabinete DEPEN; Ana Paula de Almeida Vieira Dolabella, Superintendente de Humanização do Atendimento SEJUSP; Flávia Cristina Silva Mendes, Superintendente de Prevenção Social à Criminalidade SEJUSP; Túlio de Souza Gonzaga, Superintendente Central de Planejamento e Orçamento SEPLAG/MG; Ciro Cesar de Carvalho, Atenção Primária da Secretaria de Estado de Saúde - SES/MG; Sophia Fleury Franco Gomes e Souza da Secretaria-Geral do Estado de MG; Mariana Alves de Assis Ribeiro, Diretoria de Políticas de Proteção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/MG; Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiros, Coordenadora-Geral COMJUR; Consuelo Silveira Neto, representante das Varas de Execuções Penais do Estado de Minas Gerais; Marcelo Schirmer Albuquerque, Promotor, Coordenador CAOCRIM; Cláudio Maia de Barros, Promotor, Coordenadoria do Tribunal do Júri MPMG; Edison Moreira Grillo Filho – GMF/TRF6; Leonardo Bicalho de Abreu, Defensor Público do Estado de Minas Gerais; Paulo Henrique Drummond Monteiro, Defensor Público do Estado de Minas Gerais; André Luiz da Silva Lima, Presidente da Comissão para Assuntos Penitenciário – OAB/MG; Felipe Machado Prates, Conselheiro do Conselho Penitenciário Estadual; Bella Gonçalves, Deputada e Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALMG; Fernando Gonzaga Jayme – CONEDH; Vanessa Nicoletti Gomes de Oliveira, Representante da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais; Marcelo Rodrigues Fioravante, Coordenador Executivo da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional – PAPE-SISPRI.

Apoio: Mireilli Carvalho Miranda, Assessora da Chefia de Gabinete do SEJUSP/MG; Josias Cândido Junior, Oficial de Justiça do GMF/TJMG; Eliane Aparecida Chaves, Oficial Judiciária do GMF/TJMG; Sabryna Saraiva Gomes, Assistente Executiva do GMF/TJMG; Bruna Rafele Azevedo, Assistente Executiva do GMF/TJMG; Ariane Gontijo Lopes, Assistente Técnico do Programa Fazendo Justiça do CNJ; Layza Gabrielle Silva Ferreira, Auxiliar de Projetos do NUGEPRO; Jenniffer Antunes, Auxiliar de Projetos do NUGEPRO.

Prezados(as) Senhores(as),

Para os devidos fins de registro e ciência, informamos que, no dia 17 de julho de 2025, realizou-se a **1ª Reunião Extraordinária do Colegiado do Comitê de Políticas Penais**, de caráter interinstitucional, em formato virtual, através do Google meet. A referida reunião teve como objetivo principal o avanço na elaboração do Plano Estadual Pena Justa.

A abertura dos trabalhos foi conduzida pela Coordenação do Comitê de Políticas Penais, representada pelo Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Supervisor Superintendente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (GMF/TJMG), e pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. Rogério Greco.

Destacou-se as proposições apresentadas pelas Câmaras Temáticas, a participação social e a sistematização de informações. Foi sinalizada a atual fase de revisão da Minuta do Plano, aprovação pelo Colegiado e validação da versão final.

Foi exposto aos presentes a realização das 13 (treze) reuniões das Câmaras Temáticas, divididas em 6 (seis) câmaras e o produto destes encontros resultou em proposições que foram previamente encaminhadas aos membros do Comitê para nortear a votação de hoje.

A coordenação da Secretaria Executiva propôs uma votação pelo Comitê sobre as sugestões apresentadas pelas Câmaras Temáticas. Dentro da análise realizada pela Secretaria Executiva dessas propostas, foi averiguada a possibilidade de haver alguma proposição que continha impedimento legal, mas não foi o caso. Desta forma, foi sugerida uma metodologia de votação em que, caso algum membro possua alguma proposta de exclusão da meta, com justificativa, poderá ser votado pelo Colegiado.

Iniciada a votação pela Câmara Temática do Eixo 1 e, por maioria simples dos votos, foi suprimida a seguinte proposta: “Oficiar a SEJUSP para tratar da possibilidade de se restabelecer o passe rodoviário, uma vez que a saída não planejada pode ser fator de reentrada no sistema para aqueles que não tem condições de retornar ao seu domicílio de origem ficando, muitas vezes, em situação de rua;”. A proposta foi suprimida e unificada à sugestão: “Criar mecanismos para ampliação do projeto “Alvará humanizado” para abranger toda a população prisional e não apenas a população feminina, mediante ampliação e fortalecimento dos quadros de equipe técnica e multidisciplinar em todas as unidades prisionais, uma vez que a qualidade da saída impacta diretamente no número de reentradas no sistema prisional;” e inserida no Eixo 3. Foram 14 (quatorze) votos favoráveis.

Em seguida, votou-se pela supressão da sugestão do Eixo 1: “Encaminhar aos juízes da Execução Penal no Estado informação sobre a viabilidade de nomeação de advogados dativos para atuação nos conselhos disciplinares nas situações em que não houver atuação da Defensoria Pública”. Foram 13 (treze) votos favoráveis.

Ainda no Eixo 1, a sugestão: “Sugerir ao MPMG e à DPMG a atuação nas CEMES (Central de Medidas de Segurança) a partir de órgãos específicos, afastando-se a atuação pulverizada por comarca;”. A proposta foi suprimida contendo 14 (quatorze) votos favoráveis.

Votou-se pela supressão do item: “Sugerir à Corregedoria do TJMG que seja avaliada a possibilidade de mudança na recomendação nº2/2024 da Corregedoria do Tribunal para que nas hipóteses de audiência de custódia em razão do cumprimento de mandado de prisão, o ato seja realizado preferencialmente pelo juiz que decretou a medida privativa de liberdade fim de que ele possa analisar não só a legalidade da prisão e como também já possa realizar a justificção nos casos de recaptura ou a imediata análise da necessidade da prisão nos casos do art. 366 do CPP, a fim de se evitar demora na reanálise dos motivos ensejadores da custódia.”. Com um total de 10 (dez) votos a proposta foi suprimida.

Na Câmara Temática do Eixo 2, foi sugerida a supressão do seguinte item: “Fiscalização e audiências públicas regulares entre os atores do sistema prisional”. Melhoria do curso de formação do policial penal, equiparando-o ao do policial militar. Segurança de APACs por policiais penais, nos moldes atualmente empregados nas PPPs. Observância da proporcionalidade necessária entre a quantidade de presos e de policiais penais. Criação da Lei Orgânica da Polícia Penal.”. Foi suprimida a proposta com 19 (dezenove) votos favoráveis.

Nos Eixos 3 e 4, não houve sugestões ou comentários.

Na Câmara Temática de Justiça Racial houveram algumas sugestões entre suprir e manter a proposição: "Revisão de condenações por tráfico de drogas: Criação de varas especializadas para reavaliar sentenças com viés racial, utilizando critérios como quantidade de droga e contexto social." Após votação com 8 (oito) votos favoráveis, não chegando a maioria simples, a proposição foi mantida. Na Reunião do dia 24/07 poderá ser votada uma nova proposta de texto para a sugestão.

No Eixo Orçamentário não houve sugestões ou comentários.

Finalizadas as votações, foram apresentados os próximos passos e ficou deliberado pelo Comitê que as duas próximas Reuniões do Colegiado do Comitê de Políticas Penais ocorrerão em formato virtual.

Ao final dos trabalhos, foram sinalizadas as próximas ações:

- O CPP/MG deverá analisar o Capítulo 3 – Matriz de Implementação e preencher o Formulário com os apontamentos, caso haja, até o dia 21/07/2025;
- A Secretaria Executiva enviará ao CPP/MG as contribuições da Consulta Pública para análise prévia, dia 22/07/2025;
- O CPP/MG deverá votar na validação das contribuições da Consulta Pública e deliberar sobre os apontamentos feitos via Formulário na Reunião do dia **24/07/2025, às 14:00**;
- A Secretaria Executiva enviará a versão final do Plano para análise do CPP/MG, no dia 24/07/2025;
- O Colegiado do Comitê de Políticas Penais realizará Reunião Extraordinária para validação final do Plano Estadual, no dia **30/07/2025, às 10:00h**;
- No dia **05/08/2025, às 14:00h** acontecerá a Solenidade de assinatura do Plano com o Governador e o TJMG.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Greco, Secretário(a) de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais**, em 21/07/2025, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Desembargador(a)**, em 21/07/2025, às 14:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23531407** e o código CRC **F3D83486**.